



José Gabriel Ávila*

O debate público “faz de conta”

“Canso-me de repetir que em democracia é o povo quem manda, delegando o poder nos seus eleitos, o que obriga a um constante diálogo e auscultação da vontade da população, para aferir da sua satisfação e para responder a novos problemas que, entretanto, surgem.”

1. Regressei há dias de uma estadia de três meses na Ilha do Pico, como dei nota aos leitores.

Durante esse tempo, reconciliei-me com os meus conterrâneos envolvendo-me nas suas alegrias e tristezas, e na rudeza de uma beleza quase original.

Por defeito, reajo mal a um notório imobilismo que continua a atrasar o crescimento de tantas potencialidades. Todavia, pensando bem, esse “defeito” acontece por não existirem respostas n^o acesso universal, em condições de igualdade e qualidade, aos sistemas educativos, de saúde e de proteção social”, objetivos fundamentais da Autonomia, reconhecidos no Estatuto Político Administrativo (art^o 3.^o).

As consequências dessa letargia fazem-se sentir sobretudo no desinteresse de muitos novos e velhos em contribuir para um futuro melhor e diferente. Pois se as situações mais prementes e básicas no setor da saúde, da habitação, do custo de vida não satisfazem nem se alteram; se os piconeiros se sentem secundarizados nos transportes e na mobilidade; se a população envelhece a olhos vistos e nada se faz para inverter esta curva vertiginosa; se os jovens possuem cada vez mais competências técnicas e profissionais, mas não encontram emprego compatível, nem habitação etc, etc...a solução é migrar para centros urbanos mais populosos, despovoando a segunda maior ilha do arquipélago.

Estes são temas frequentes de conversa que acabam, normalmente, com “o que se há-de fazer?!...” ou, na expressão dos mais velhos: “seja o que Deus quiser!...”

Advém daqui a desconfiança dos cidadãos nos governantes e a desmotivação de participar em eleições.

O retrato está feito há muito, quando se houve: “Só aparecem aqui quando há eleições, para caçar o voto e depois esquecem-se de nós e ninguém mais os vê...”; “Prometem, prometem, mas não fazem nada!...”, ou ainda: “Fazem o que querem e não nos pedem opinião!...”

Canso-me de repetir que em democracia é o povo quem manda, delegando o poder nos seus eleitos, o que obriga a um constante diálogo e auscultação da vontade da população, para aferir da sua satisfação e para responder a novos problemas que, entretanto, surgem.

Os eleitos e as forças políticas em que se enquadram podem pensar que não têm de dar satisfação às populações das suas decisões, guardando o veredito popular para eleições. Todavia, assim não é.

O Estatuto político administrativo e a legislação portuguesa (Lei orgânica n^o4/2020 de 11 de novembro) reconhecem o poder do povo se poder pronunciar em referendo, sobre uma panóplia de matérias sejam de âmbito nacional, regional e local.

O referendo é um instituto democrático que até os cidadãos das localidades mais pequenas podem propor, visando a tomada de decisões mais consensuais.

Tal não aconteceu até agora nos Açores sobre matérias que nos digam exclusivamente respeito, ao contrário do que por essa Europa fora e até na América é usual, sinal da falta de participação cívica e de responsabilidade pela gestão do espaço comum e da vida em sociedade.

O poder democrático é de tal modo assumido pelas forças políticas que estas transformam-no em partidocracia - doença que abala os fundamentos dos direitos liberdades e garantias.

Sendo certo que não há democracia sem partidos, é fundamental que eles não se arroguem em únicos agentes e senhores do poder.

2. Esta semana foi noticiada a abertura de um concurso de ideias para utilização de espaços, em Santa Clara, pertencentes à antiga SINAGA. A decisão foi tomada em fevereiro do ano passado, mas só será implementada, provavelmente, até ao final do ano, quase dois anos

depois.

Existem, no entanto, divergências entre a posição do Parlamento e a do Governo. A Assembleia aprovou um “concurso de ideias para apresentação de conceitos e projetos funcionais”. O executivo irá propor um “debate público com base num programa prévio de valências a instalar” (sublinhado meu), elaborado pela ordem dos arquitetos e técnicos das Obras Públicas. Ou seja: o programa define os objetivos, e ideias diferentes das áreas da cultura e das artes, do desporto, dos tempos livres, da educação e formação, do desenvolvimento social, da saúde, da habitação ou outras, não serão tidas em conta já que responsáveis por esses setores não participaram na elaboração do dito “programa”.

São estes os parâmetros da nossa democracia: ouve-se quem, quando e onde se quer. Por isso não há referendos, nem mesmo sobre matéria tão básica como é a revisão estatutária que, meio século após a instalação do governo autónomo mantém a preponderância das três antigas cidades das “ilhas capitalinas”, reforçando as mesmas centralidades na administração pública, na área dos cuidados diferenciados de saúde, no comércio, serviços e transportes.

Por isso soam a demagogia afirmações políticas sobre a saúde, o emprego e a habitação, cujas reformas não se fazem por encapotada imposição de lóbis. Prefere-se manter o “status quo”, alegando-se a execução de dispendiosos estudos que nunca chegam à luz do dia. A propósito, que diz o estudo sobre o Aeroporto do Pico, dos transportes marítimos de carga e de passageiros e de outros que não vieram a público?

É tempo de os agentes políticos não temerem de auscultar a voz do povo (*vox populi, vox Dei*) e de seguirem as suas judiciosas pretensões. Só desse modo poderão considerar-se legítimos representantes das populações.

